

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Protocolo de Intenções que entre si firmam os municípios de: _____, _____, _____, _____, _____, com a finalidade de constituir o Consórcio Público, nos termos da Lei 11.107 de 06 de abril de 2005, visando implementar iniciativas de cooperação entre o conjunto destes entes federativos para atender as suas demandas e prioridades do plano de saúde, para promoção de ações sanitárias integradas voltadas ao desenvolvimento sustentado da saúde na região _____.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 196 e 241 da Constituição Federal, assim definido “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviço público, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços”.

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 que instituiu o Consórcio Público como mecanismo de planejamento e implementação de políticas, programas e projetos de interesse público.

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.017, em 17 de janeiro de 2007, que regulamentou a Lei 11.107/05, consolidando o regime jurídico dos consórcios públicos brasileiros.

OS MUNICÍPIOS DE:

_____, CNPJ nº _____, com sede _____, nº _____, CEP _____, telefone _____, representado Prefeito Municipal, senhor _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____;

Idem para todas as outras prefeituras que aderirem ao consórcio.

DELIBERAM:

Celebrar o presente protocolo de intenções, conforme lei disciplinadora dos Poderes Legislativos de cada um dos entes signatários, que se regerá pelas disposições contidas na Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2015, e Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2017, observando os seguintes objetivos e condições:

Cláusula Primeira – Da Denominação

O Consórcio Público previsto neste Protocolo de Intenções, Associação Pública, de natureza Autárquica e Interfederativa, criado conforme o previsto na Lei nº 11.107 de 06 de abril de 2005, será denominado _____.

Cláusula Segunda – Dos Objetivos e das Finalidades

O Consórcio a que se refere à Cláusula Primeira, tem por objetivo a cooperação técnica de promoção das ações de saúde entre federados, em especial, visando:

- I. Planejar, programar e executar programas, projetos, ações, atividades e serviços na área da saúde, de acordo com os objetivos previstos na presente cláusula;
- II. Fortalecer as políticas públicas dos entes consorciados;
- III. Compartilhar recursos financeiros, tecnológicos e de gestão de pessoas, e o uso em comum de procedimentos, serviços de manutenção, tecnologia da informação, procedimentos de licitação, de unidades prestadoras de serviços, instrumento de gestão, em especial projetos de saúde, entre outros, obedecendo à legislação vigente;
- IV. Prestar cooperação técnica, realizar treinamentos, estudos técnicos e pesquisa, além de executar ações conjuntas de prestação de serviços com base no objeto deste instrumento;
- V. Estabelecer um vínculo de cooperação e articular esforços com vistas a criar condições de viabilidade, eficiência, eficácia e melhores resultados na gestão dos municípios consorciados;
- VI. Representar os entes da Federação Consorciados perante outras esferas de governo, mediante deliberação da Assembléia Geral;
- VII. Promover a gestão de recursos financeiros oriundos de convênios e projetos formalizados junto à União, Estados e Municípios;
- VIII. Acompanhar, monitorar, controlar e avaliar os programas, projetos e ações, no sentido de garantir a efetiva qualidade dos serviços públicos;

- IX. Exercer competências pertencentes aos entes consorciados, nos termos das autorizações e delegações conferidas pela Assembléia Geral;
- X. Programar, estabelecer, estruturar e fortalecer as estruturas de atendimento em Ações de Saúde Básica, Média e de Alta complexidade;
- XI. Programar, estabelecer, estruturar e fortalecer as estruturas de sistema de Transporte Sanitário;
- XII. Financiar e instaurar Programas e Sistemas de Apoio em Diagnóstico;
- XIII. Financiar a edição de material e pesquisas sobre o tema Cooperação intermunicipal;
- XIV. Proporcionar seminários Estaduais sobre o tema Cooperação intermunicipais;
- XV. Ampliação, aperfeiçoamento e diversificação da oferta de serviços especializados;
- XVI. Capacitação e qualificação da equipe técnica do Consórcio e dos entes consorciados;
- XVII. Programar, estabelecer, estruturar e fortalecer, além de acompanhar, monitorar, controlar e avaliar as “Farmácias dos Cidadãos”;
- XVIII. Programar, estabelecer, estruturar e fortalecer, além de acompanhar, monitorar, controlar e avaliar o cartão SUS, assim como o SUS Fácil;
- XIX. Programar, estabelecer, estruturar e fortalecer, além de acompanhar, monitorar, controlar e avaliar o Prontuário Eletrônico;
- XX. Serviços Microrregionais com finalidade diagnóstica;
- XXI. Sistema de Informação em Saúde;
- XXII. Desenvolver soluções para o armazenamento, atualização e processamento de dados relacionados ao orçamento, contabilidade e informações básicas, intermediárias e de alta complexidade de saúde do consórcio;
- XXIII. Identificação das potencialidades e necessidades do Consórcio;
- XXIV. Programas de Urgência e Emergência;
- XXV. Precaução sistêmica na gestão dos resíduos sólidos (PGRSS), considerando as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública, na busca de escala para a sustentabilidade;

- XXVI. Ações de Controle de Vigilância Epidemiológica, Manejo Ambiental e Controle de Endemias, podendo ser firmados convênios para esta finalidade com Entes Federativos e/ou Setor Privado;
- XXVII. Criar serviços que possibilitem a efetiva regionalização da Hemorrede;
- XXVIII. Possibilitar a criação de uma rede regional de imunização;
- XXIX. Possibilitar o credenciamento multifuncional dentro da área de abrangência e território de atuação do Consórcio;
- XXX. Promover a gestão e aquisição de medicamentos, insumos, equipamentos e mobiliários dentro da sua área de atuação.

Cláusula Terceira – Do Prazo de Duração

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE _____ terá prazo indeterminado, sendo assegurado, pelos seus signatários, o cumprimento das responsabilidades assumidas em relação aos financiamentos concedidos durante a vigência do Consórcio.

Subcláusula Única – Fica assegurado a cada uma das partes, o direito de denunciar o presente Protocolo, desde que, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o disposto na Cláusula Décima Sexta do presente Protocolo.

Cláusula Quarta – Da Sede do Consórcio

A sede do órgão executor do Consórcio será localizada no município de _____, Goiás.

Subcláusula Única – Caberá a Assembléia Geral a decisão acerca da alteração da sede do Consórcio.

Cláusula Quinta – Da Área de Abrangência e Território de Atuação

A área de abrangência do Consórcio será constituída pela soma dos territórios dos respectivos municípios signatários.

Cláusula Sexta – Da Personalidade Jurídica

O Consórcio Público objeto do presente Protocolo será constituído na forma de associação pública, de natureza autárquica e interfederativa, com Personalidade Jurídica de Direito Público.

Cláusula Sétima – Da Estrutura Organizacional

O Consórcio Público apresentará as seguintes instâncias, sem prejuízo das outras definidas em seu estatuto, conforme decisão de sua Assembléia Geral:

- I. Assembléia Geral;

- II. Presidência do Consórcio;
- III. Conselho Consultivo de Apoio à Gestão;
- IV. Conselho Fiscal;
- V. Diretoria Executiva.

Subcláusula Primeira – A organização da Diretoria Executiva será disposta em Estatuto, aprovado pela Assembléia Geral.

Subcláusula Segunda – Os membros da Assembléia Geral, da Presidência do Consórcio, do Conselho Consultivo de Apoio à Gestão do Consórcio e do Conselho Fiscal, não serão remunerados.

Cláusula Oitava – Da Assembléia Geral

A Assembléia Geral é a instância máxima do Consórcio Público, e será composta por todos os consorciados, representados pelos Prefeitos dos municípios integrantes do Consórcio, e as deliberações serão tomadas por consenso entre os consorciados ou, em última instância, pela maioria absoluta dos votos dos consorciados.

Subcláusula Primeira – no caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá ser representado na Assembléia Geral pelo seu substituto legal, comprovada esta condição nos termos das respectivas Leis Orgânicas;

Subcláusula Segunda – A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente a cada três meses, mediante convocação pela Diretoria Executiva, com, o mínimo, dez dias de antecedência, mediante ofício circular e/ou e-mail.

Subcláusula Terceira – A Assembléia reunir-se-á extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por solicitação subscrita da maioria simples (50% + 1) dos votos de seus membros, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante ofício circular e/ou e-mail.

Subcláusula Quarta – A Assembléia Geral será presidida pelo presidente do Consórcio, Chefe do Poder Executivo de um dos municípios consorciados, eleito pelos membros integrantes do Consórcio, em escrutínio, por maioria absoluta dos votos de seus membros, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição por apenas uma recondução consecutiva. Caso haja desincompatibilização do Presidente da Assembléia Geral com o cargo de Prefeito, haverá nova votação para nomeação de novo Presidente no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Subcláusula Quinta – O Estatuto do Consórcio poderá ser alterado mediante proposta do Presidente ou da Assembléia Geral, aprovada por dois terços (2/3) dos votos de seus membros.

Subcláusula Sexta – Para o funcionamento da Assembléia Geral é exigida a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos entes consorciados.

Subcláusula Sétima – Cada ente consorciado (município) terá direito a apenas 01 (um) voto na Assembléia Geral.

Subcláusula Oitava – Não será admitido o voto por procuração.

Subcláusula Nona – O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar.

Cláusula Nona – Da Gestão de Pessoas

As atividades do Consórcio poderão ser executadas por profissionais com vínculo público, cedidos pelos participantes do Consórcio em função das especificidades requeridas, por pessoal contratado por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e/ou pelos empregados pertencentes ao quadro da associação pública, observado o seguinte:

- I. Os entes consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder servidores, na forma e condições da legislação de cada um, realizando-se a compensação de créditos pela cessão de servidores com ônus de acordo com critérios estabelecidos no Estatuto da Associação Pública, observado o disposto nos respectivos Contratos de Programa e/ou Rateio.
- II. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime de trabalho originário, podendo ser concedidos adicionais ou gratificações de acordo com a função exercida, competência e carga horária.
- III. O servidor cedido ao Consórcio Público permanece, para todos os efeitos, vinculado ao seu regime laboral originário, celetista ou estatutário, não se estabelecendo vínculo funcional ou trabalhista com o Consórcio.
- IV. A contratação por prazo determinado, para atendimento de excepcional interesse público, terá a duração de 01 (um) ano, prorrogável por mais 01 (um) ano.
- V. O quadro pessoal do presente consórcio será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – e será formado pelos empregos públicos, no número, forma de provimento, requisito de nomeação e remuneração, previsto no quadro abaixo:

EMPREGO PÚBLICO EM COMISSÃO	PROVIMENTO	REQUISITO DE PROVIMENTO	QTD E	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
Diretor Executivo	Em Comissão	Superior Completo com formação em área afim e experiência comprovada na área.	01	40h	R\$ 10.000,00

Procurador Jurídico	Em Comissão	Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/GO.	01	20h	R\$ 8.000,00
Agente Administrativo	Em Comissão	Nível Médio e Conhecimento avançado em Excel.	01	40h	R\$ 2.000,00
Contador	Em Comissão	Inscrição no Conselho Regional de Contabilidade, Experiência comprovada em contabilidade pública em serviços de saúde.	01	40h	R\$ 8.000,00
Enfermeiro Auditor	Em Comissão	Inscrição no Conselho Regional de Enfermagem com especialização em auditoria e experiência comprovada de pelo menos 04 (quatro) anos.	01	40h	R\$ 8.000,00
Medico Auditor	Em Comissão	Inscrição no Conselho Regional de Medicina com especialização em auditoria e experiência comprovada de pelo menos 02 (dois) anos.	01	20h	R\$ 10.000,00

VI. As funções de Direção e Assessoria serão preenchidas por critérios técnicos de competência, por profissionais de nível superior.

VII. Os cargos terão uma correção após 06 (seis) meses com acréscimo a ser deliberado em Assembléia Geral.

Cláusula Décima – Dos Acordos e Parcerias

O Consórcio poderá celebrar contrato de gestão, nos termos e limites da legislação pertinente, contrato de programa ou termo de parceria, respeitados, no último caso, os critérios e disposições da legislação federal aplicável, todos relacionados aos serviços por ele prestados, nos termos da legislação específica, bem como licitar serviços e obras públicas visando à implementação de políticas públicas de interesse comum dos entes consorciados, desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Subcláusula Única – O Consórcio Público observará as normas de Direito Público no que concerne à realização e celebração de contratos, principalmente o disposto os artigos 23, 24, 26 e 112 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo de outras normas jurídicas aplicáveis.

Cláusula Décima Primeira – Do Rateio das Despesas

O Contrato de Rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objetivo exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Subcláusula Única – Fica autorizada, na conformidade do artigo 167, IV, da Constituição Federal, a vinculação de receita própria ou transferência de impostos para atender às necessidades do Consórcio, na forma estabelecida nos Contratos de Programa e/ou de Rateio, admitida a retenção das referidas para satisfazer a vinculação prevista neste parágrafo.

Cláusula Décima Segunda – Do Contrato de Programa

O Contrato de Programa será formalizado para fins de constituição e regulação das obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com o Consórcio Público, no âmbito da gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos, observados os seguintes critérios:

São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público as que estabeleçam;

- I. O objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;
- II. O modo, forma e condições de prestação de serviços
- III. Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;
- IV. O cálculo de tarifas e de outros preços públicos na conformidade da regulação dos serviços a serem prestados, se for o caso;
- V. Procedimento que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares especialmente no que se refere a subsídios cruzados;
- VI. Os direitos, garantias e obrigações do Titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futuras alterações e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;
- VII. Os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

- VIII. A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das praticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;
- IX. As penalidades e as formas de aplicação;
- X. Os casos de extinção do contrato;
- XI. Os bens reversíveis;
- XII. Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio Público, relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação dos serviços;
- XIII. A obrigatoriedade, a forma e a periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;
- XIV. A periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;
- XV. O foro e modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

Subcláusula Primeira – No caso de a prestação de serviço for operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

- I. Os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;
- II. As penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;
- III. O momento de transferência dos serviços e dos deveres relativos à sua continuidade;
- IV. A indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;
- V. A identidade dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferida e o preço dos que sejam efetivamente alienados e contratados;
- VI. O procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receita de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

Subcláusula Segunda – Os bens vinculados aos serviços públicos serão propriedades de administração direta do Município contratante, sendo onerados por direito de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que viger o Contrato e o Programa.

Subcláusula terceira – Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimento nos serviços, deverá ser indicado o quantum correspondente.

Subcláusula Quarta – Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregue como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para execução dos investimentos previstos no contrato.

Subcláusula Quinta – A extinção do Contrato de Programa dependerá de prévio pagamento das indenizações eventuais devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou escopo.

Subcláusula Sexta – O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

- I. O titular se retirar do Consórcio ou da Gestão Associada, e;
- II. Extinção do Consórcio Público.

Subcláusula Sétima – Admitir-se-á a celebração de Contrato de Programa com Autarquias, Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista de quaisquer entes consorciados, no caso de a Gestão Associada envolver também a prestação de serviços a serem realizados pelos mesmos.

Cláusula Décima Quarta – Da Admissão no Consórcio

É facultada a admissão de Entes Federativos ao Consórcio Público a qualquer tempo, desde que atendidas às condições estabelecidas neste Protocolo e, especificamente, o seguinte:

- I. O ente Federativo deverá apresentar pedido formal assinado pelo seu representante do Poder Executivo à Presidente do Consórcio, para análise e aprovação da Assembléia Geral.
- II. O Ente Federativo deverá dispor de Lei autorizativa, dotação orçamentária específica ou créditos adicionais suficientes para assumir as despesas fixadas em Contrato de Programa e/ou de Rateio.
- III. O Ente Federativo recém consorciado deve submeter-se a critérios técnicos para cálculo do valor dos custos a serem rateados, bem como reajustes e revisão.
- IV. A efetivação no Consórcio Público dependerá de aprovação da Assembléia Geral do Consórcio, em caso de Consórcios já constituídos; ou por reserva,

subscrito o Protocolo de Intenções pelo Poder Executivo, após ratificação do Poder Legislativo dos respectivos.

Cláusula décima Quinta – Da Prestação de Contas

O Consórcio deverá prestar contas dos recursos e bens de origem pública recebidos, e dar publicidade no encerramento do exercício fiscal, por meio de relatório de atividades e demonstrações financeiras que serão fiscalizados pelos demais órgãos de controle interno e externo e submetidos à Auditoria pelos demais órgãos fiscalizadores competentes.

Cláusula Décima Sexta – Da Retirada e da Exclusão do Consórcio

A retirada do ente da Federação do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante, na forma previamente disciplinada por lei do próprio Ente Federado, a ser comunicado à Assembléia Geral, conforme determinado no Estatuto da Associação Pública.

Subcláusula Primeira – Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de Consórcio Público ou no Instrumento de Transferência ou de Alienação.

Subcláusula Segunda – A retirada ou extinção do Consórcio Público não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os Contratos de Programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Cláusula Décima Sétima – Da Extinção do Consórcio

A extinção do Contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela unanimidade da Assembléia Geral, ratificado mediante Lei por todos os entes consorciados.

Subcláusula Primeira – Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da Gestão Associada de serviços públicos são atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, respeitados os casos em que a propriedade dos bens tenha transferida para o Consórcio Público.

Subcláusula Segunda – Até que haja decisão que indique os responsáveis de cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantidos o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

Cláusula Décima Oitava – Das Vedações

É vedado ao Consórcio Público ou a seus membros:

- I. Estabelecer cláusula do Contrato de Consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de Ente da Federação ao Consórcio Público, salvo doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de Gestão Associada de serviços públicos.
- II. Submeter à Gestão Associada, por intermédio do Consórcio Público, serviços que demandam o pagamento de preço público ou tarifa.

Cláusula Décima Nona – Das Disposições Finais

As partes se comprometem a envidar todos os esforços no sentido de viabilizar o objeto deste Protocolo, com o fim de implantar, no menor tempo possível, a estrutura e as atividades aqui previstas.

Subcláusula Primeira – Os entes federativos integrantes do Consórcio publicarão o extrato do presente Protocolo de Intenções nos seus respectivos órgãos fiscais.

Subcláusula Segunda – Fica assegurado ao Gestor Municipal, o direito de, sempre que julgar necessário, realizar supervisão e auditoria.

Subcláusula Terceira – Sempre que houver necessidade e mediante acordo entre partes, poderão as cláusulas deste documento ser aditadas, modificadas ou suprimidas através do procedimento utilizado quando da aprovação deste Protocolo, mediante assinatura de aditivo, posteriormente ratificado pelas Casas Legislativas de cada um dos entes consorciados. Já possuindo os entes consorciados legislação disciplinando a sua participação no Consórcio Público antes da subscrição do Protocolo de Intenções, será dispensada a ratificação pelas Casas Legislativas de cada um dos entes consorciados, nos termos do §4º do mesmo artigo retratado anteriormente.

Subcláusula Quarta – Caberá ao próprio Consórcio Público a sua representação judicial em decorrência dos atos pelo mesmo praticado.

Subcláusula Quinta – Qualquer consorciado adimplente com suas obrigações junto ao Consórcio é legitimado para exigir o pleno cumprimento das cláusulas do contrato de Consórcio Público.

Cláusula Vigésima – Do foro

Fica eleito o foro da Comarca de _____, para resolver as questões relacionadas com o presente Protocolo que não puderem ser resolvidas por meios administrativos, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, os Entes Federados partícipes assinam o presente Protocolo de Intenções, em _____vias, de igual teor e forma para os devidos fins de direito, devendo ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

_____, _____ de _____ de 201__.

Prefeito de _____

Prefeito de _____

Prefeito de _____

Prefeito de _____

Seguir a ordem com a assinatura de todos os prefeitos pactuados